

Na sua relação com os outros setores da sociedade, as universidades públicas brasileiras, com uma ampla e fecunda tradição de trabalhos na área extensionista, elaboraram, através do Fórum de Pró-Reitores das IES públicas brasileiras, um Plano Nacional de Extensão, com a sistematização de uma base conceitual que tem orientado o trabalho de extensão no país e definido diretrizes para a operacionalização de atividades relacionadas à melhoria de vida da população, à preservação do meio ambiente, à inovação e transferência tecnológica.

Como exemplo de atividades voltadas a tais propósitos, pode-se mencionar o *Projeto Manuelzão*, da UFMG, de recuperação da bacia do Rio das Velhas, o projeto de *Regularização Fundiária*, da UFRGS, de grande impacto sobre um dos graves problemas nacionais, o Projeto *Fabrica de Doces Matuto na Praça*, em Alagoas, da UFAL, recuperando em vários municípios uma prática geradora de emprego e renda, o *Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha*, uma das regiões mais pobres do país, o projeto *Cananéia* da UNIFESP, atuando com pescadores artesanais do litoral norte de São Paulo. A grande maioria desses programas é construída com variadas parcerias sociais, destacando-se, no trabalho junto ao terceiro setor, os projetos *Inclusão pelo Esporte*, com o Instituto Ayrton Senna, envolvendo 14 universidades, e o projeto *Arte na Escola*, com o Instituto Iochpe, envolvendo 34 universidades públicas. Ações inclusivas podem ser também exemplificadas nos cursos de extensão, muitos deles, extremamente estratégicos, como os de capacitação e formação continuada de equipes de saúde da família (Pólos PSF), de formação de professores da rede pública de educação infantil e ensino fundamental, em Minas Gerais (*Projeto Veredas*), de formação de auxiliares e técnicos de enfermagem (*PROFAE*).

Quando se fala das ações inclusivas desenvolvidas no sistema público de ensino superior, não se pode deixar de mencionar a atuação dos hospitais universitários, responsáveis pela maior parte do atendimento médico à população carente das grandes cidades. Dos 6.000 hospitais integrados ao sistema único de saúde, os hospitais de ensino, num total de 154, 1/3 dos quais ligados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); embora representem apenas uma pequena fração (menos de 3%), foram responsáveis, em 2001, por mais de 10% das internações, por cerca de 50% das cirurgias cardíacas e das neurocirurgias, por 2/3 dos atendimentos na área de má-formação craniofaciais e por 70% dos transplantes. Em muitos casos, nossos Hospitais Universitários (HU's) constituem a única alternativa para atendimento de alta e média complexidade (transplantes, AIDS, etc.) para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, há muito ainda por se fazer, pois as carências e necessidades são imensas, neste Brasil tão desigual. Diante desse quadro, um dilema se apresenta. Ou tratamos a ampliação e a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil e a consolidação da extensão como parte de um conjunto de ações constitutivas de uma corajosa, efetiva, e por que não dizer inédita, política de apoio à universidade pública brasileira ou veremos mais uma vez postergadas as chances da sociedade justa e inclusiva, pregada por tantos de nós e pelo Presidente Lula. É este o cenário que solicita, de forma urgente e dramática, um entendimento e uma atuação concertada, responsável e consistente, entre o governo e a universidade.

A universidade estará sempre próxima da inclusão. A história dos homens e das mulheres, a história da condição humana não é outra coisa que o eterno esforço, por parte de cada geração, de legar à geração que chega um mundo menos inóspito, mais amigável e mais humano. Escorados na tradição, rebelando-nos contra ela, retomamos, a cada geração, uma mesma luta, procurando cumprir o melhor dos deveres que de nós é esperado: tornarmo-nos mais e mais humanos. A instituição universitária, enquanto projeto civilizacional, é o espaço onde o compromisso com a formação humana apóia-se nos recursos puramente humanos e estende-se, por princípio, a todos os humanos. Educação, núcleo do que fazemos na universidade, é o nome que damos à atividade por meio da qual, como já disse alguém, ensinamos uns aos outros em que consiste a nossa humanidade. Essa é, no horizonte de uma sociedade sempre mais inclusiva, de uma humanidade cada vez mais solidária, a nossa persistente esperança.

## A universidade brasileira para o século XXI



Célio da Cunha

Coordenador Editorial no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Vou fazer uma apresentação muito simples, geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sobre a questão da universidade, com ênfase na extensão.

Eu começaria num rápido retrospecto a partir da década de 90, mais especificamente quando houve a queda do Muro de Berlim, a queda do bloco soviético, com o acirramento do processo de globalização. E já logo no início dos anos de 1990, em suas primeiras reflexões, a UNESCO pressentia que uma revolução sem precedentes estava sendo acelerada até pelo avan-

ço dos meios e das tecnologias de comunicação da informação. A UNESCO sentiu então que o século XXI não poderia ter êxito, não poderia pelo menos renovar algumas utopias com uma concreticidade maior se pelo menos alguns contratos não se tornassem possíveis; sobretudo um contrato ético, um contrato social e um contrato cultural. Com essa percepção, a UNESCO daria início nos anos de 1990 a uma série de estudos e reflexões e reuniões de nível internacional, convocando sociedade civil, governos, dirigentes. E ela resolveu começar por uma área que acredito a mais correta, quando reúne em março de 1990, na Tailândia, para discutir em nível mundial a educação básica, e dessa reunião saiu a Declaração Mundial de Educação para Todos. A UNESCO já pressentia que, sem o mínimo de educação básica para todos não seria possível enfrentar os desafios da globalização.

A partir daí inúmeros países, inclusive o Brasil, deram início às suas políticas de educação para todos. Mas a UNESCO não ficou aí. Dentro dessa agenda, logo em seguida ela convoca um grupo para pensar a educação: se de um lado queremos educação para todos, mas qual educação para todos? Então, confiou a coordenação desse grupo a um ex-ministro de finanças da França, Jacques Dellors, e saiu, alguns anos depois, em meados dos anos de 1990, o Relatório Dellors, uma visão integrada da educação, em que a UNESCO defende aquelas aprendizagens fundamentais que já são amplamente conhecidas no Brasil: o aprender a ser, a conhecer, a viver juntos.

Mas a UNESCO deu um outro passo. Havia a necessidade de um contrato também cultural. Então ela compõe um outro grupo, que teve um ilustre representante brasileiro, Celso Furtado, e começa a examinar as relações entre cultura e desenvolvimento. E esse grupo então produz aquele relatório que já é uma referência mundial “A nossa diversidade criadora”. Ou seja, na tese da UNESCO todas as culturas são criadoras. Elas são diferentes, mas todas podem contribuir. Já nesse documento se identificam mais de 10 mil culturas e sub-culturas, em todo o mundo.

A UNESCO continua nessa luta de mapear todas as áreas para compor um quadro de uma educação no século XXI e, naturalmente, chegaria a vez da universidade. Ela convoca também para Salamanca uma reflexão também mundial, para pensar sobre a educação de um grupo muitas vezes deixado de lado, excluído: os portadores de necessidades especiais em educação. E sai a Declaração de Salamanca, que é outro compromisso que pauta inúmeras políticas em todo o mundo. Em seguida, veio a Declaração de Hamburgo em relação ao analfabetismo mundial, renovando esse compromisso, discutindo com os governos. Depois, a famosa reunião de Paris, com mais de quatro mil diri-

gentes da educação mundial, para discutir a educação superior e o futuro da universidade. Essa reunião foi um marco. Nós editamos os anais no Brasil e temos discutido em várias oportunidades o sentido, o alcance dessa Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o século XXI, que estabeleceu uma agenda de trabalho. E nessa declaração mundial a UNESCO já estava preocupada com as necessidades presentes e futuras da Universidade, estava preocupada com a função ética e prospectiva da universidade, com a questão da diversidade, com a questão da responsabilidade social e prestação de contas públicas da Universidade. Estava preocupada em sentir a necessidade de uma visão estratégica da educação superior como um todo. Estava preocupada em ver a educação superior como um bem público, porque a UNESCO já pressentia o crescimento do mercado educacional, hoje um mercado avaliado em mais de 30 bilhões de dólares. Estava, então, preocupada com a fuga de cérebros e com as brechas que se acentuavam entre os países avançados e os países mais pobres, os países em desenvolvimento. Naquela declaração, a UNESCO já confere à extensão um papel primordial. Ela defendeu uma visão estratégica da extensão. Defendeu a extensão no combate à pobreza, ao analfabetismo, no combate à fome, às enfermidades. Uma universidade profundamente comprometida com o desenvolvimento social e os problemas de seu país, profundamente comprometida com o mundo do trabalho. A UNESCO tentou ainda aprofundar essa reflexão e, quase simultaneamente, ela pede a um dos grandes pensadores deste século, Edgar Morin, para pensar um pouco sobre a educação, e ele, dentro de poucos meses entrega à UNESCO um livro que já foi editado e já está em sucessivas edições aqui no Brasil “Os sete saberes necessários à educação do futuro”. E Edgar Morin, nos seus mais de 80 anos, com sua grande convicção e sabedoria, teve a coragem de abrir o livro dizendo o seguinte: “*esse manual precede todos os demais*”. Ele chama a atenção para os nossos tempos de incerteza, para a importância da ética, para o ensino da condição humana. Esse é um livro de leitura necessária em qualquer grau ou modalidade da educação. Ele pensou numa ética planetária, ele fez uma crítica veemente à fragmentação do conhecimento, e isso tem profundas implicações para a universidade. Esse conhecimento compartimentado em disciplinas, gavetas. Ele sempre dizia: conhecimento não é válido se não tivermos uma visão do todo, de não tivermos uma totalidade do universo.

Simultaneamente, a UNESCO convoca também uma grande reunião mundial, em Budapeste, para discutir naquele momento a ciência, com o título “A Ciência e o Desenvolvimento”. Nela, a UNESCO lançou a grande declaração mundial sobre os usos do conhecimento científico - uma ética para o conhecimento científico. Porque o conhecimento em si é neutro, mas a sua utili-

zação pode ser ética ou não-ética. E todos nós sabemos como o conhecimento vem sendo usado, muitas vezes, totalmente desprovido de uma visão ética. Budapeste defende essa visão ética do conhecimento, para ajudar a reduzir a pobreza e as injustiças. É próprio da UNESCO, sempre que ela faz essas declarações mundiais ou convoca esses grandes eventos internacionais, dar seguimento: dialoga com governos e depois faz reuniões de acompanhamento. Em relação à universidade, a Declaração sobre a Universidade para o Século XXI, no ano de 2003, ela convoca uma reunião em Paris para discutir: o que está acontecendo. O que aconteceu no mundo depois dessa declaração? E Paris, então, constata e discute aquelas tensões que precisavam ser superadas para que a universidade então pudesse delinear um novo futuro. As tensões entre permanência e mudança; entre a unidade e a diversidade; entre o recolhimento em uma torre de marfim e uma abertura para a sociedade; entre o global e o local; entre o público e o privado; entre o papel do Estado e o papel do mercado.

A reunião de Paris em 2003 conclui que há duas alternativas para a universidade: continuar em um sentido que gera a exclusão e que debilita a democracia ou mudar, de modo a fortalecer o papel da universidade na construção de uma civilização sem exclusão, com ação concentrada a serviço das populações e do desenvolvimento sustentado. Essa reunião chega, também, a uma conclusão extremamente importante: em nenhuma época da história da humanidade o bem estar das nações depende de forma tão direta da qualidade e da abrangência de seus sistemas e instituições de educação superior. A partir dessas colocações, a UNESCO passou a uma reflexão: como operar isso? Primeira recomendação: uma profunda ligação da universidade com a busca do desenvolvimento sustentável das nações; a defesa da universidade como um bem público para que ela não entre nessa mercantilização que está acontecendo hoje no mundo. Isso é extremamente fundamental. Seu compromisso civilizatório, seu compromisso com as pessoas e com a redução das injustiças. Além de reduzir o hiato de conhecimento entre os países ricos e os países pobres que está se acentuando de forma catastrófica. Vindo daí, a importância da produção do conhecimento, a importância da pesquisa e a importância da extensão.

A extensão como um veículo que faz a comunidade chegar à universidade. E, para usar uma expressão do Boaventura Santos, como um processo em que a comunidade interpela também a universidade, interpela a ciência, apresentando as suas demandas para a ciência. Para tirar a universidade dessa torre de marfim, não podemos esquecer que, do ponto de vista histórico do desenvolvimento da universidade, ela também teorizou muitas injustiças. Diríamos agora que nós estamos diante da necessidade de um resgate da universidade e da

quebra do elitismo da universidade. Desta forma, sobressai a centralidade da extensão, mas para tanto há necessidade de um projeto de país. A universidade só vai conseguir atingir essa meta mantendo a sua autonomia, mas concertada também por um projeto de país e uma política de Estado. Isso é importante porque ela não é uma instituição que opera isoladamente, no vázio. Para tanto, a universidade tem que enfrentar o novo com novas possibilidades, com novas alternativas. E de novo vem o papel da extensão como aquele mecanismo da universidade que em tese está mais próximo do povo, mais próximo da comunidade e da sociedade.

Boaventura Santos propõe uma ecologia dos saberes. Uma forma de extensão ao contrário. Um diálogo entre o saber científico e o saber leigo. A extensão mediando esse diálogo e esse diálogo sendo enriquecedor para as duas partes: para a comunidade e para a universidade. Esse diálogo pode ser um ponto central de renovação da instituição universitária. Esse diálogo é que vai dar nova vida à relação universidade e sociedade, contextualizando o que a universidade faz e contextualizando o conhecimento. A ciência convocando a universidade e a comunidade convocando a ciência para resolver os seus problemas. Essa proposta se insere nessa visão da UNESCO de uma universidade para o século XXI, de uma universidade que retira suas forças no popular.

Gorki, o famoso escritor russo, escreveu “As minhas universidades”, onde ele narra a aprendizagem que ele obteve nas esquinas, nas ruas. Isso vem a propósito hoje. É desses problemas sociais que a universidade vai tirar as suas forças, vai alimentar o seu processo de pesquisa, vai renovar e vai reconquistar a sua credibilidade, que está abalada.

## A universidade brasileira e as políticas sociais



Patrús Ananias  
Ministro do Desenvolvimento Social e  
Combate à Fome

Por não me considerar um especialista em Universidade, falo do ponto de vista do militante político, do ministro e, ao mesmo tempo, de alguém que tem uma ligação afetiva e profissional da Universidade como professor. Nessa perspectiva, desenvolvo um nível de reflexão no qual me proponho a apresentar algumas questões a partir do que pude ler ao longo de minha modesta experiência. Apresento, por-